ACERTO EXTERNO

20 JUN 1990 GAZETA MERCANTIL

Banco Central nega suspensão de créditos do Eximbank dos EUA

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O diretor da área internacional do Banco Central, Antônio Cláudio Sochaczewski, reuniu ontem a imprensa no início da noite para desmentir que o Eximbank dos Estados Unidos tivesse tomado a iniciativa de suspender os créditos ou o aval a financiamentos para operações comerciais de empresas privadas brasileiras.

Sempre que instigado a ser bem específico e claro em sua declaração, o diretor repetia que "oficialmente, o Banco Central não tem informações sobre a suspensão", comentando que seria até "deseleganteˮ da parte do Eximbank tomar uma decisão daquele sentido sem comunicar formalmente o governo brasileiro.

Uma fonte da embaixada norte-americana em Brasília disse a esse jornal que não havia "decisão formalˮ do Eximbank no sentido de suspender os financiamentos ao Brasil, embora haja preocupação com a situação dos atrasados. O País deve aos credores oficiais do Clube de Paris cerca de US$ 1,5 bilhão, do qual cerca de um quinto (algo em torno de US$ 300 milhões) refere-se a atrasos com o Eximbank dos Estados Unidos.

Pesa na relação imediata entre o Brasil e o Eximbank dos EUA a parcela de US$ 57 mil que o organismo norte-americano reclama

Antônio Cláudio Sochaczewski

por não ter sido efetivamente paga, como deveria, em fevereiro passado. A parcela estaria fora dos créditos contratados até 31 de março de 1983 que foram refinanciados até 31 de março deste ano e, portanto, fora do esquema da centralização cambial baixada pelo Governo em julho do ano passado. O Banco Central simplesmente não sabe da parcela que o Eximbank reclama: "Temos que descobrir os US$ 57 mil e estamos levantando os casos todosˮ, disse Sochaczewski, confirmando que aquela parcela em atraso foi mencionada na reunião que teve há duas semanas em Brasília com uma missão do Eximbank dos EUA.

"Eles mencionaram os US$ 57 mil, mas nós não conseguimos localizar a parcelaˮ, reafirmou o diretor do Banco Central, procurando explicar que a dificuldade em localizar o compromisso externo no rol de operações que o Brasil tem com o exterior pode estar relacionada ao fato de aparecer como garantidor da operação o banco que concedeu o financiamento diretamente e não o Eximbank. "A distribuição é feita, normalmente, com 85% da importação sendo financiada pelo Eximbank dos Estados Unidos e 15% pelos bancos privados norte-americanos, com aval do Eximbankˮ, atestou o diretor do BC. Tudo, no entanto, é considerado como obrigação do país junto ao governo norte-americano.

A orientação do governo dos Estados Unidos, conforme apurou este jornal junto à fonte internacional, é de "não complicar a vida do governo Collor, dar um tempo para se acertar e levar em conta que a parcela pendente de pagamento (os US$ 57 mil) data de antes da posse da atual administraçãoˮ. Este jornal, no entanto, não conseguiu confirmar em Brasília, junto àembaixada dos Estados Unidos, a informação dada ontem pelo diretor da área internacional do Banco Central de que o Brasil tivesse sido reclassificado para um nível de risco menor pelo Eximbank norte-americano. Sochaczewski disse que, de maneira informal (sem explicar como), tinha recebido a notícia de que aquela agência de crédito havia melhorado a classificação do Brasil, tirando o País do penúltimo lugar de sua tabela.

"Isto corresponde a "flat feeˮ (taxa fixa que é cobrada por antecipação, e já vem descontada do valor do empréstimo) de 4,85% ao ano, contra a taxa de 6,25% ao anoˮ, falou de forma clara o diretor do BC, dizendo que a decisão do Eximbank tinha sido tomada há duas semanas. Sem confirmar ou desmentir a informação, fonte do governo dos Estados Unidos achou apenas estranho que o Eximbank tivesse tomado agora a decisão de reclassificar o Brasil para melhor posição, diante do nível dos atrasados, volume que o governo norte-americano considera bem razoável.